

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CURSO DE GEOGRAFIA

Rosiene de Cássia Fia

Quilombos, Quilombolas e a paisagem de Minas Gerais:

Um olhar geográfico

Viçosa

2009

Rosiene de Cássia Fia

Quilombos, Quilombolas e a paisagem de Minas Gerais:

Um olhar geográfico

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia

Orientador: Prof. Carlos Ernesto G. R. Schaefer

Co-Orientador: André L. Lopes de Faria

Viçosa

2009

Rosiene de Cássia fia

Quilombos, quilombolas e a paisagem de Minas Gerais:

Um olhar geográfico

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia.

A banca examinadora é composta:

Prof. Carlos Ernesto G. R. Schaefer (Orientador)

Universidade Federal de Viçosa

Prof. André L. Lopes de Faria (Co-orientador)

Universidade Federal de Viçosa

Prof. Rafael de Ávila Rodrigues

Universidade Federal de Viçosa

Viçosa

25 / 06 / 2009

Para meus pais Antonio (papai) e Rosalina
(mamãe) meus elos fundamentais, pelo carinho
e me desculpem a ausência.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, a quem dedico este trabalho, meus irmãos, irmãs e sobrinhos. Obrigado pelo incentivo e desculpem-me pela ausência.

Ao professor Carlos Ernesto por aceitar prontamente essa orientação, obrigado pela confiança e amizade.

Ao professor André sempre presente e dedicado, obrigado pela co-orientação.

As minhas amigas, Fernanda, Betinha e Ana Maria, que mesmo longe sempre estiveram torcendo por mim. Adoro vocês!

As moradoras do apt. 304, obrigado pelo convívio e aprendizado.

A turma do curso geografia/2004, cada um de vocês, sem exceção, foram fundamentais para meu crescimento pessoal e profissional. Sentirei saudades!

Ao amigo Luiz Paulo (in memoriam), pela força, confiança e amizade sincera. Saudades!

Aos amigos João Luís, Sâmia e Fernando pelos bons e maus momentos vividos juntos. Sem vocês a graduação não teria o mesmo sabor.

Aos amigos Andreza, Paulão e Zezão pelas risadas e pelos momentos de descontração, foram esses momentos que aliviaram o peso do fardo. Esses momentos serão lembrados com alegria e saudades de um tempo que não volta mais. Vamos em frente!

Ao amigo e irmão J.J pelas conversas demoradas e materiais didáticos emprestados. Amigo como você é coisa rara!

Aos irmãos Roberto e Roberta pelos bons momentos no RU, sem vocês a vida de acadêmico não teria a mesma graça.

A Dedê e Joelcio por conseguirem transformar os momentos difíceis em boas risadas. Nos encontraremos por aí.

A Ulisses, essa pessoa maravilhosa que por incrível que pareça fui encontrar aqui em Viçosa. A você, meu anjo, o meu muito obrigado pela força e incentivo. Desculpe-me pela ausência e por não poder dedicar-lhe o tempo que você merece.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para que esse momento se realizasse, que todos se sintam agraciados. A vocês fica a minha gratidão.

RESUMO

O tema central deste trabalho versa sobre os remanescentes de comunidades quilombolas no território do estado de Minas Gerais e sua relação com a paisagem mineira. O enfoque dar-se-á a partir das discussões em torno do conceito de paisagem e sua influência na localização geográfica dessas comunidades. As formas do relevo ora agem como limitadoras da permanência do homem em determinadas áreas, ora agem em seu benefício permitindo que este produza e se reproduza em determinados espaços. A relação entre as formas do relevo e sua influência na localização das comunidades quilombolas é o ponto central deste trabalho. Com este trabalho podemos perceber que o relevo foi fator determinante na localização das comunidades no estado, ocupando e explorando áreas mais baixas e dissecadas, onde exploram espaços de vazantes, fundos de vales, grotões, sopés de escarpas, locais onde desenvolvem suas atividades agropastoris. Os solos encontrados nessas comunidades foram ocupados indiscriminadamente, o que pode ter afetado a qualidade de vida e alimentação dessas comunidades, e determinado sua sedentarização e estabilização.

Palavras – chaves: comunidades quilombolas, relevo, paisagem.

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....	5
2-METODOLOGIA.....	7
1. ESCRAVIDÃO, ABOLIÇÃO E QUILOMBOS.....	9
1.1. O sistema escravocrata no Brasil colônia.....	9
1.2. A abolição – fim de um sistema de produção.....	10
1.3. Os negros e o ouro na capitania de Minas Gerais – um breve histórico.....	14
1.4. A formação de quilombos e o garimpo em Minas Gerais.....	15
1.5. Os remanescentes de quilombos em Minas Gerais.....	17
2. A PAISAGEM DE MINAS GERAIS.....	22
2.1. O conceito de paisagem na geografia: algumas considerações.....	22
2.2. Paisagem: diferentes leituras.....	25
3. MINAS GERAIS: O RELEVO, OS SOLOS E OS REMANESCENTES QUILOMBOLAS.....	31
3.1. Classes de solos e sua abrangência.....	32
4 -CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
5 -REFERÊNCIAS.....	37
6-ANEXO.....	39

INTRODUÇÃO

Em Minas Gerais as comunidades que se auto - reconhecem quilombolas estão presentes em quase todo o estado. O maior número de comunidades se faz presente nas regiões do Jequitinhonha, Norte e Noroeste do estado.

Os quilombos eram comunidades formadas por negros fugidos de seus senhores, local onde encontravam certa estrutura social e tentavam manter seus costumes e tradições, eram conhecidos vulgarmente como calhambolas. Para sobreviverem, os negros aquilombados dedicavam-se a mineração clandestina, nas regiões auríferas, à agricultura, caça e criação de animais em áreas desprovidas de ouro.

A presença negra em Minas Gerais dá-se após a descoberta de ouro em fins do século XVII e, mais tarde, do diamante. Estudos realizados traduzem a importância do povo africano na constituição do país e sua gente, principalmente em território mineiro. Embora a nossa raiz indígena se destaque em estudos científicos, não menos importante, é a influência cultural negra. Por ser o negro considerado pelos colonizadores portugueses como o estrangeiro sem cultura, submisso, robusto e mais próprio para o trabalho árduo, seja na mineração como é o caso de Minas Gerais, seja na lavoura, acabou por não receber a atenção a princípio pela ciência.

No início do século XIX, o sistema colonial encontrava-se em crise, e o Brasil visava a Independência. Portugal ficou impossibilitado de controlar sua colônia, principalmente depois da fuga da Corte Portuguesa para as terras brasileiras. A transferência da Corte para o Brasil trouxe uma série de modificações na vida e na sociedade, mas as relações de trabalho e o sistema escravocrata foram cuidadosamente mantidos, pois era considerada a coluna vertebral da renda e da produção agrícola.

Os proprietários de terras e escravos, além dos militares e altos dignatários sustentavam o governo monárquico, daí o cuidado em tomar decisões que pudessem, concomitantemente, satisfazer os abolicionistas e os proprietários de escravos. Assim, o caminho para a solução do trabalho servil baseava-se mais em escritos e pronunciamentos, nunca se tomava medidas efetivas em favor da abolição.

As rebeliões escravas contribuíram com o fim do regime escravocrata. As revoltas se davam principalmente pelas ações dos crioulos, através de fugas e formação de quilombos,

além dos motins antilusos. Segundo Reis (2000) os crioulos eram escravos negros nascidos no Brasil e que se identificavam como brasileiros e apostavam na possibilidade de se libertarem da escravidão real. Com o fim do tráfico, os crioulos seriam os principais agentes responsáveis pela formação de quilombos e promoção de revoltas. (REIS, 2000, p.250).

Analisando o surgimento das primeiras comunidades quilombolas de Minas Gerais, é perceptível que estas se relacionavam com a paisagem de acordo com interesses próprios. Neste caso, os quilombolas procuravam proteção nas áreas mais remotas dos centros auríferos e das fazendas dos senhores de escravos. Os quilombolas procuravam na paisagem áreas de difícil acesso, com relevo acidentado, o que dificultavam as buscas à procura dos negros fugidos.

Ao estudarmos os quilombos de Minas Gerais detectamos que não há dados suficientes para sua efetiva localização geográfica no estado. Assim, ao discutirmos a presença quilombola, o relevo e solos do estado, tentamos discorrer sobre a influência do relevo na determinação da localização desse grupo no território mineiro.

Este estudo objetiva compreender a relação homem – meio, aqui representada, pelas comunidades remanescentes quilombolas e a paisagem determinada pelo relevo do estado de Minas Gerais.

METODOLOGIA

Para compreender a relação entre as comunidades quilombolas e o relevo de Minas Gerais, a pesquisa adotou como procedimentos metodológicos: a revisão de literatura em torno das questões de localização das possíveis comunidades existentes no estado, sua relação com o relevo, o porquê de tal localização geográfica, o número de comunidades, caso estas viessem a existir, os solos a que estas se estabeleceram e o fator determinante para sua localização.

A revisão bibliográfica priorizou a discussão em torno do surgimento e posição geográfica das comunidades que se auto – reconhecem remanescentes de antigos quilombos, possibilitando - nos compreender o surgimento do elemento negro na sociedade mineira, sua cultura e modo de vida. Concomitante a isso, buscou-se informações sobre a existência de comunidades quilombolas em Minas Gerais. Na busca por tais informações recorremos a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Minas Gerais, onde não obtivemos sucesso.

Assim, num segundo momento, contatamos a N`Golo – Federação Estadual das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, que através de sua página na internet nos possibilitou acesso ao levantamento do número de municípios mineiros e suas respectivas comunidades que se auto – definem quilombolas , realizado por essa entidade (anexo). Através deste levantamento foi possível confeccionarmos um mapa de localização dessas comunidades em Minas Gerais.

O mapa foi confeccionado no Labgeo – Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Federal de Viçosa onde utilizou-se a base de dados do IBGE, Projeção Geográfica Datum Internacional 1967 com escala 1:3.500.000.

Em um segundo momento, com o objetivo de relacionarmos o relevo e os solos de Minas Gerais com as comunidades quilombolas, fez-se necessário a confecção de dois novos mapas, um abarcando os solos dominantes e o outro relativo aos limites altimétricos presentes no estado.

Esses mapas também foram confeccionados no Labgeo, no mapa de solos utilizou-se a mesma base cartográfica antes utilizada para o mapa dos municípios que possuem as comunidades quilombolas, base de dados do IBGE, Sistema de Projeção Geográfica Datum Internacional 1967. Para a confecção do mapa dos limites altimétricos foram utilizadas a base

de dados do IBGE, Sistema de Projeção Geográfica Datum Internacional 1967 e a base de dados do USGS – U.S. Geological Survey.

Para todos os mapas utilizamos a ferramenta computacional para Geoprocessamento chamada de Sistema de Informação Geográfica (SIG). O SIG é aplicado para sistemas que realizam tratamento computacional de dados geográficos. Um SIG armazena a geometria e os atributos dos dados que estão georreferenciados, isto é, localizados na superfície terrestre e representados numa projeção cartográfica. Neste trabalho utilizamos o software Arc gis versão 9.2 que consiste num conjunto sofisticado de ferramentas de alta precisão para desenho e simbolização produzido com a finalidade de realizar processos de produção cartográfica completa.

1. Escravidão, Abolição e Quilombos

1.1. O sistema escravocrata no Brasil colônia.

Com o descobrimento do Brasil, antes chamada de Terra de Santa Cruz, os portugueses não demoraram a explorar as muitas riquezas da terra. O objetivo principal de Portugal era exploratório, dado que as outras colônias de domínio português eram mais rentáveis a Coroa. Mas a ameaça francesa e holandesa no litoral da nova colônia, fez com que a Coroa Portuguesa tomasse algumas providências para sua efetiva colonização. Assim Capistrano de Abreu (2000) afirma “A tomada de La Pèlerine, a feitoria francesa fundada em Pernambuco, notícias de preparativos para fundarem-se outras, espancaram finalmente a inércia real”. (ABREU, 2000, p.65); “Dispondo Portugal de reduzidos recursos demográficos no século XVI, o governo régio optou por concentrá-los na costa, já que, em primeiro lugar, urgia enfrentar a ameaça francesa, ocupando todas as baías e embocaduras de rios suscetíveis de permitir a ancoragem de navios gauleses e, em segundo lugar, as condições ideais para a cultura da cana sacarina e o fabrico de açúcar – essenciais para viabilizar a empresa colonizadora – se conjugarem nas proximidades da faixa marítima”. (COUTO, 2000, p.62).

Ainda de acordo com Couto (2000), a geografia do território brasileiro dificultou e determinou a colonização inicial da costa. As barreiras impostas pela topografia impediam uma ligação efetiva entre os sítios portuários da costa e as serras e planaltos do interior tornavam a interiorização relativamente complicada.

Em função dessas notícias Portugal por precaução decide, em 1502, pelo arrendamento de parte da Terra de Santa Cruz. O contrato de arrendamento tinha duração de aproximadamente 3 anos.

Em data anterior a 3 de outubro de 1502, d. Manuel I arrendou a Terra de Santa Cruz a uma associação de mercadores. O contrato [...] tinha duração prevista de 3 anos. Concedia o monopólio da exploração do território à sociedade encabeçada por Fernão de Loronha e vedava a importação do Oriente da variedade asiática do pau-brasil. (COUTO, 2000, p.57).

Logo depois, D. Manuel I concede a primeira doação de terras no território americano, a capitania de Ilha de São João, atual Fernando de Noronha, doada a Fernão de Loronha. O

beneficiário tinha por obrigação povoar e aproveitar economicamente sua capitania. Mas deveria arcar com alguns impostos como o pagamento anual do quarto e do dízimo dos rendimentos alcançados.

Assim, no decorrer do tempo, toda a costa da nova colônia foi dividida e arrendada a particulares. A Coroa transferiu a estes a total iniciativa da colonização.

Com a colonização das terras brasileiras, os portugueses impuseram a população indígena que habitava o vasto território brasileiro e ao grande contingente de negros africanos que para cá foram trazidos como escravos, um sistema de posse e uso da terra, que visava desenvolver as grandes plantações. Para isso, procuraram desenvolver uma agricultura voltada ao mercado europeu, com produtos tropicais (alimentos e matérias-primas), além de organizar a extração de minérios. Para a sustentação de tal sistema, os portugueses, a exemplo de toda a Europa, implantaram no Brasil o escravismo como sistema de produção.

Os portugueses foram os primeiros colonizadores a empregar o capital, em larga escala, na instalação e na exploração da empresa agrícola. Para isso, necessitavam manter povos submetidos pela força, destruir e dizimar os grupos que se opunham a escravização e controlar, de forma seletiva o acesso à propriedade da terra. (ANDRADE, 1991, p. 6)

De acordo com Reis (2000), a escravidão brasileira teve seu ápice no século XIX, difundida por todo o território nacional. A propriedade de escravos não era privilégio somente dos grandes senhores de engenho e fazendeiros, mas havia também os pequenos escravistas nas cidades que possuíam um, dois ou três escravos para os serviços na lavoura, na rua ou em casa.

A reação a esse sistema de produção implantado na colônia se deu de forma individualizada e pouco organizada, e suas maiores conseqüências foram à fuga de escravos e a formação de quilombos.

1.2. A Abolição – fim de um sistema de produção

A Abolição da escravidão se deu pela pressão da sociedade brasileira tanto de baixo para cima, através da população escrava, quanto de cima para baixo, através do movimento

das elites mais esclarecidas que compreendia a necessidade de mudança no pacto social, mudança esta, que deveria viabilizar o desenvolvimento econômico e social do país, em novos modelos mais modernos.

No início do século XIX, o sistema colonial já se encontrava em crise, e o Brasil visava a Independência. Portugal ficou impossibilitado de controlar sua colônia, principalmente depois da fuga da Corte Portuguesa para as terras brasileiras. A transferência da Corte para o Brasil trouxe uma série de modificações na vida e na sociedade, mas as relações de trabalho e o sistema escravocrata foram cuidadosamente mantidos, pois era considerada a coluna vertebral da renda e da produção agrícola.

Os proprietários de terras e escravos, além dos militares e altos dignatários sustentavam o governo monárquico, daí o cuidado em tomar decisões que pudessem, concomitantemente, satisfazer os abolicionistas e os proprietários de escravos. Assim, o caminho para a solução do trabalho servil baseava-se mais em escritos e pronunciamentos, nunca se tomava medidas efetivas em favor da abolição.

Nesse período, a Inglaterra que já havia substituído o trabalho servil pelo livre em suas colônias, e tomou atitudes como a proibição do tráfico negreiro para o Brasil, realizados através de ataques e revistas aos navios em alto-mar ou próximo da costa brasileira, no intuito de coibir o tráfico negreiro. Isso é claro, feria a soberania do Brasil, mas com governo fraco, esse país não tomava decisões abertas frente às proibições impostas pela Inglaterra.

Dessa forma, o tráfico se tornava vantajoso, pois o lucro com o comércio negreiro era muito elevado e os proprietários de escravos estavam sempre à procura de mais trabalhadores, o que fazia com que os traficantes se arriscassem desafiando as proibições impostas pela Inglaterra. Este foi o mecanismo mais usado para repor a mão-de-obra escrava ao longo do escravismo brasileiro. As violências praticadas pelos traficantes e pelos ingleses chegaram ao conhecimento da população culta e abalaram a opinião popular, levando a uma conscientização da necessidade de acabar com o tráfico imediatamente e proceder à libertação dos escravos.

Assim, num primeiro momento, houve a proibição do tráfico de escravos africanos, para só depois haver a abolição da escravatura, diminuindo a principal fonte de crescimento do número de escravos no Brasil. Em 1831 foi promulgada uma lei que proibia o tráfico e tornava livre todo o escravo africano que desembarcasse no Brasil, mas esta lei só se tornou aplicável após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós de 1850 que proibia definitivamente o tráfico negreiro.

De acordo com Andrade (1991) a extinção do tráfico negreiro para o Brasil, provocou um grande comércio interno de escravos.

O desnível de desenvolvimento entre as províncias e a maior disponibilidade de capital por parte dos fazendeiros das áreas mais dinâmicas provocaram um grande comércio de escravos entre as várias províncias do Brasil. Desde a abolição do tráfico os preços dos escravos se elevaram, e nas áreas de economia estagnada eles ficaram ociosos; além disso, os proprietários poderiam utilizar mais facilmente a mão-de-obra livre, sob a forma de moradores. (ANDRADE, 1991, p.32).

A afirmação de Andrade é reforçada por Reis (2000), onde este enumera a escassez da população escrava depois de 1850 até a abolição, apesar de o tráfico interno ter proporcionado um certo aumento no número de escravos em algumas áreas do Brasil.

Com sua proibição (tráfico) definitiva em 1850, a população escrava declinaria, apesar de ainda crescer, durante as duas décadas seguintes, nas regiões cafeeiras mais prósperas, através do tráfico interno, sobretudo no sentido norte-nordeste para o sudeste. Em seu conjunto, os escravos no Brasil eram 1.715.000 em 1864, 1.540.829 em 1874, 1.240.806 em 1884 e apenas 723.419 em 1887, às vésperas da abolição. (REIS, 2000, p.245).

Após a proibição do tráfico, o Governo admitia ter resolvido o problema da população escrava, visto que essa possuía um crescimento vegetativo mínimo, o que levaria a diminuição desse tipo de força de trabalho. Assim, o problema seria resolvido de forma lenta e gradual, não prejudicando os interesses dos grupos econômicos dominantes.

Com o fim do tráfico, e devido ao momento histórico-político por que passava o Brasil, algumas leis foram propostas como forma de amenização da campanha em favor da abolição, Leis como a do Ventre Livre¹ e a dos Sexagenários², que pouco afetou a vida nas senzalas, mas que já dava indícios do fim da escravidão, a abolição era inevitável.

A partir da década de 1880 a luta pela abolição se tornou exacerbada, o parlamento e a imprensa brasileira difundiram o ideário abolicionista, criando uma situação que os conservadores consideraram agitada. Essa luta chegou até as senzalas e os negros começaram a tomar contato com os clubes abolicionistas e com o movimento abolicionista.

¹ Lei do Ventre Livre – lei que libertou os filhos de escravos que nascessem a partir da data de sua promulgação, 28 de setembro de 1871.

² Lei dos Sexagenários – lei promulgada a 28 de setembro de 1886 e que concedeu, sem indenização, a liberdade aos escravos que atingissem 65 anos de idade.

Dessa forma, Andrade (1991) salienta a necessidade de se desmistificar a idéia de que a abolição era um movimento composto apenas por homens brancos e idealistas.

Daí a necessidade de se desmistificar a idéia de que a Abolição foi um movimento que partiu de brancos desinteressados e idealistas que resolveram levar de mão beijada ao negro a sua liberdade. Tampouco foi um movimento feito por idealistas cêndidos que procuraram tirar das costas o peso da cumplicidade com a opressão e com a exploração de uma raça. Na verdade, a campanha abolicionista reuniu, nas classes dominantes, figuras de idealistas que compreendiam que a Abolição era uma necessidade humanitária: não se podia admitir que um povo continuasse a ser explorado em nome do direito de propriedade, e ele próprio sem acesso a nenhum direito. No estágio de evolução em que se encontrava o Brasil, o uso da mão-de-obra escrava era um entrave ao seu desenvolvimento (ANDRADE, 1991, p.34).

O movimento pela abolição confluiu para o movimento de escravos, que conscientes de sua situação injusta reagiam, algumas vezes de forma violenta, assassinando seus senhores ou simplesmente fugindo para os quilombos em locais de difícil acesso ou se escondiam na cidade. Reis (2000) afirma que “As rebeliões representavam a mais direta e inequívoca forma de resistência escrava coletiva”. (REIS, 2000, p.245).

Em função desse tipo de resposta a classe dominante passou a temer um levante geral de escravos, o que levou a mesma a compreender que era mais prudente conceder a abolição por vias legais e pacíficas do que travar uma luta armada contra os revoltosos.

A revolta dos negros, a agitação nas cidades e a pressão da imprensa, levaram o governo, na figura da princesa Isabel, então regente do Império, a tomar uma atitude – conceder a abolição pura e simples. Assim, a 8 de maio de 1888, foi apresentado à Câmara um projeto de lei que extinguiu a escravidão em território brasileiro, e que deveria entrar em vigor imediatamente. Apesar da oposição, a 13 de maio de 1888 a Lei Áurea dava fim a quase quatro séculos de escravidão.

Com o fim da escravidão, alguns negros acabaram tornando-se moradores das fazendas em que eram escravos, outros se vendo libertos abandonaram as fazendas e formaram comunidades rurais em que poderiam recriar seus modos de vida e costumes impedidos pela escravidão.

1.3 Os negros e o ouro na capitania de Minas Gerais - um breve histórico

A nação brasileira é constituída principalmente por brancos, índios, negros e mestiços, fruto das relações entre esses distintos povos. Nossa nacionalidade carrega consigo particularidades provenientes dessa miscigenação, como o vocabulário, em que se observa a presença de palavras africanas, indígenas e luso-portuguesas. Machado Filho (1985) afirma nos seus estudos sobre o arraial do Tejuco, hoje Diamantina, sobre a contribuição do negro africano na formação do povo brasileiro. “O caso desse arraial mostra, convém repetir, quanto é importante o papel de Minas Gerais na contribuição do elemento afro-negro para a formação nacional, nos mais variados aspectos” (MACHADO FILHO, 1985, p.59)

Diante da proposta de estudar as comunidades quilombolas e sua relação com a paisagem de Minas Gerais, não seria possível iniciar tal estudo sem antes tecer um breve histórico do surgimento do elemento negro na sociedade mineira.

Como já mencionado, o negro surge na sociedade brasileira como uma alternativa a falta de mão-de-obra, principalmente nas regiões auríferas, onde a organização do trabalho baseou-se na escravidão.

Com a descoberta do ouro e a falta de pessoas para trabalhar nas minas, a Coroa Portuguesa identificou no continente africano a possibilidade de suprir essa escassez, permitindo e incentivando o tráfico de negros africanos para o Brasil.

A presença negra em Minas Gerais dá-se após a descoberta de ouro em fins do século XVII e, mais tarde, do diamante. Estudos realizados traduzem a importância do povo africano na constituição do país e sua gente, principalmente em território mineiro. Embora a nossa raiz indígena, seja a língua destacada, não menos importante é a influência cultural negra, mas apesar do negro ser considerado pelos colonizadores portugueses como o estrangeiro sem cultura, submisso, robusto e mais próprio para o trabalho árduo, seja na mineração como é o caso de Minas Gerais, seja na lavoura, acabou por não receber a atenção a princípio pela ciência.

Segundo Rodrigues (1988), em 1879 escrevia o Sr. Sílvio Romero, as seguintes conclusões sobre falta de estudos sobre os negros no Brasil:

É uma vergonha para a ciência do Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e das religiões africanas. "... deixaremos a outros o estudo de tantos dialetos africanos que se falam em nossas senzalas! O negro não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de ciência. (RODRIGUES, 1988.p.)

Em relação à procedência dos negros brasileiros, encontram-se grandes dificuldades nesta investigação, pois há uma grande carência do registro da origem dos escravos, presentes em algumas épocas e a total ausência em outras. Muitas das estatísticas registradas na época do Império Português no Brasil não nos dizem muito sobre a nacionalidade dos negros africanos que aqui chegaram. Basicamente, os negros que aportaram em território brasileiro têm a seguinte origem: banto, nagô, sudaneses, monjolos, moçambiques, cabindas e outros. Assim afirma Rodrigues (1988) "... dos congos, cabindas, angolas na Costa ocidental da África, dos macuas e anjicos na oriental, provieram todos os africanos brasileiros". (RODRIGUES, 1988, p.18-19)

1.4. A formação de quilombos e o garimpo em Minas Gerais.

Os quilombos³, a primeira vista, constituem uma idéia de refúgio, de recusa ao sistema escravista, apesar desse consenso majoritário, Ramos (1996) faz uma análise crítica onde afirma que o quilombo fazia parte do sistema escravocrata e não era apenas uma fuga dele

Nas zonas mineradoras de Minas Gerais, os pequenos e grandes quilombos eram parte integral da sociedade colonial. Em certo sentido eles realmente funcionavam como uma válvula de escape, retirando aqueles escravos incapazes ou não desejosos de permanecer no interior do tecido social. Os fugitivos rejeitavam o sistema social e cultural, mas na sua maioria, viviam como parte dele em termos econômicos. O quilombo era um aspecto comum na paisagem mineira e essa presença pode explicar a ausência de rebeliões escravas na zona de mineração durante a chamada Idade do Ouro. A rebelião representava em muitos casos um esforço para destruir o sistema, enquanto o quilombo era, pelo menos na superfície, apenas uma rejeição do sistema. (RAMOS, 1996, pg. 167)

Para sobreviverem, os negros aquilombados dedicavam-se a mineração clandestina, nas regiões auríferas, à agricultura, caça e criação de animais em áreas desprovidas de ouro.

³ Quilombos – sito geográfico onde se agrupavam povos negros que se rebelavam contra o sistema escravista da época.

Na área de extração do ouro e/ou diamantes, os quilombolas geralmente se dedicavam à mineração (logicamente clandestina) e com o produto dessa atividade obtinham de contrabandistas o que necessitavam, como pólvora, armas e alimentos. Já nas áreas onde não havia ocorrência mineral, como no sertão da capitania, os quilombos tiveram de se dedicar a outras atividades, como agricultura e caça. (GUIMARÃES, 1996, pg.143)

A presença de quilombos estava vinculada ao grande número de escravos nas Minas Gerais, Guimarães (1996) é enfático na afirmativa de que o escravismo estava intimamente ligado a formação de quilombos. “Onde quer que o escravismo se tenha implantado constatamos o surgimento de comunidades formadas por escravos fugidos de seus senhores: os quilombos” (GUIMARÃES, 1996, pg.142).

Os maus tratos, a tirania dos senhores de escravos, levavam os negros escravizados a se rebelarem e defenderem seus ideais numa forma de resistência ao regime escravocrata. Mas essas rebeliões não procuraram destruir o regime e sim fazer algumas reivindicações ao mesmo. Reis (2000) sustenta que:

As rebeliões representaram a mais direta e inequívoca forma de resistência escrava coletiva. Mas nem toda revolta previa a destruição do regime escravocrata ou mesmo a liberdade imediata dos escravos nela envolvidos. Muitos visavam apenas corrigir excessos de tirania, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos – às vezes a reconquista de ganhos perdidos – ou punindo fatores particularmente cruéis. Eram levantes que alvejavam reformar a escravidão, não destruí-la. (REIS, 2000, p.245).

As revoltas se davam principalmente pelas ações dos crioulos, através de fugas e formação de quilombos, além dos motins antilusos. Segundo Reis (2000) os crioulos eram escravos negros nascidos no Brasil e que se identificavam como brasileiros e apostavam na possibilidade de se libertarem da escravidão real. Com o fim do tráfico, os crioulos seriam os principais agentes responsáveis pela formação de quilombos e promoção de revoltas. (REIS, 2000, p.250).

As rebeliões escravas contribuíram com o fim do regime escravocrata e Reis (2000) destaca:

Não fosse a ação dos escravos rebeldes, a escravidão teria sido um horror maior do que foi, pois eles marcaram limites além dos quais seus opressores não seriam obedecidos. Embora fossem derrotados tantas vezes, os escravos se constituíram em força decisiva para a derrocada final do regime que os oprimia. Tivessem eles se adequados aos desígnios senhoriais, o escravismo brasileiro talvez tivesse adentrado o século XX. (REIS, 2000. p.262).

Com o fim da escravidão, muitos quilombos continuam marcando presença na paisagem mineira. Não são poucas as comunidades de remanescentes de antigos quilombos que marcam a vida mineira.

O Movimento do campesinato brasileiro proporcionou visibilidade às comunidades quilombolas, que num contexto de luta política, reivindicam as terras conquistadas desde o fim do escravismo. Reivindicações surgem através de entidades negras organizadas que defendem o reconhecimento, a demarcação e titulação das terras das comunidades de descendentes quilombolas.

É necessário frisar que poucos trabalhos visam à sistematização de informações referentes à distribuição das comunidades no estado de Minas Gerais.

1.5- Os remanescentes de quilombos em Minas Gerais

Consideram-se comunidades remanescentes de antigos quilombos, os grupos étnicos com ancestralidade negra, trajetória histórica própria de resistência à opressão sofrida por esse grupo e relações específicas com o território.

No conceito moderno antropológico, as relações de identidade e território são evidentes numa comunidade remanescente de antigo quilombo.

As manifestações africanas estão presentes na cultura brasileira, tal permanência está intimamente relacionada à reafirmação da identidade através da luta pela resistência.

Essas comunidades até a pouco tempo foram esquecidas pelo poder público, nos últimos anos os quilombolas adquiriram maior destaque devido a luta pela posse de suas terras, reivindicando a titulação destas. Para isso, essas comunidades devem se auto-reconhecer quilombola e enviar uma declaração a Fundação Cultural Palmares, esta instituição foi fundada em 1998 pelo Governo Federal, é uma instituição responsável pela promoção de políticas públicas voltadas a população negra. Após receberem a declaração de auto - reconhecimento por escrito, a Fundação Cultural Palmares inscreve a comunidade no Cadastro Geral expedindo a certidão de auto- reconhecimento.

Essa certidão é de extrema importância para a comunidade, é através dela que os quilombolas têm acesso aos programas de políticas públicas do governo como o ‘bolsa família’ e o ‘Luz para todos’, além é claro, a titulação da terra. Não devemos esquecer que este é o primeiro passo para o acesso as políticas do governo, o que não garante de imediato a propriedade e a permanência na terra. Em Minas Gerais apenas a comunidade remanescente de quilombola Porto Coris, localizada no município de Leme do Prado, teve seu território reconhecido e titulado pela Fundação Cultural Palmares no ano 2000, mas de acordo com o Cedefes a titulação não foi suficiente para garantir a permanência no local. As terras foram inundadas pelo reservatório da hidrelétrica Irapé em maio de 2007, assim toda a história de resistência e cultura negra ficou esquecida debaixo d’água. Porto Coris foi à primeira comunidade a ganhar a propriedade da terra e a também a primeira a perder definitivamente seu território. A comunidade foi reassentada em outras terras, não só o local mudou, mas toda a vivência e identidade com o território foram perdidas.

Dessa forma, podemos perceber que as comunidades remanescentes de quilombos ficam em segundo plano quando as ações do governo decretam-se mais importante do que a tradição, cultura e identidade de um grupo.

Infelizmente não há dados concretos da quantidade de comunidades quilombolas existentes no Brasil, pois não há um censo específico para essa parcela da população. Dados são encontrados em entidades e Organizações não governamentais que visam à inclusão desses descendentes de quilombos na sociedade brasileira. Em Minas Gerais, tais dados podem ser encontrados na N’Golo-Federação Estadual das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (anexo), e na Cedefes - Centro de documentação Eloy Ferreira da Silva, todas com sede em Belo Horizonte-MG.

O Cedefes acredita existir cerca de 400 comunidades remanescentes de quilombolas em 155 municípios mineiros, a maior parte na zona rural, mas contrariando o que a maioria acredita, existe uma quantidade significativa de quilombos na zona urbana, como é o caso dos quilombos Luízes e Mangueiras na capital Belo Horizonte.

Algumas comunidades se tornaram quilombos urbanos devido à expansão das cidades que acabaram por “engolir” as comunidades e que hoje sofrem com a especulação imobiliária envolvendo suas terras. Outros se tornaram urbanos pela perda das terras e foram procurar na proximidade com a cidade um novo meio de vida. De acordo com o Cedefes a comunidade de Baú em Araçuaí, Amaros em Paracatu e Palmeiras em Teófilo Otoni são exemplos disso.

Em Minas Gerais as comunidades que se auto - reconhecem quilombolas estão presentes em quase todo o estado. O maior número de comunidades se faz presente nas regiões do Jequitinhonha, Norte e Noroeste do estado. O município de Berilo, no

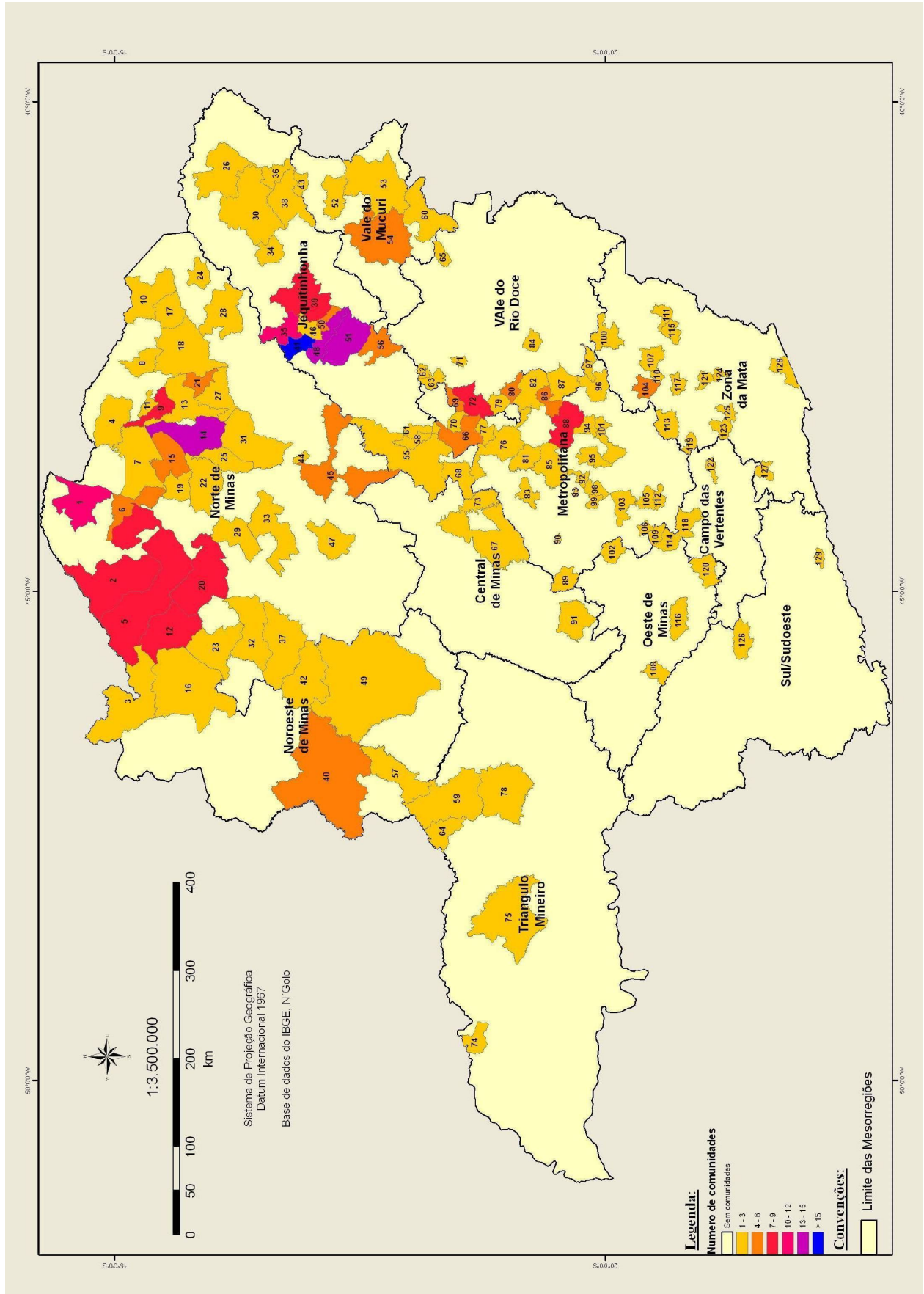
Jequitinhonha, concentra mais de quinze comunidades de descendentes de antigos quilombos, seguido de Minas Novas e Chapada do Norte, essas também no Jequitinhonha e o município de Janaúba na região Norte concentrando de treze a quinze comunidades quilombolas cada um. Percebemos que a maior concentração das comunidades remanescentes de quilombos de Minas Gerais estão em locais de baixa distribuição de renda, além disso, enfrentam os problemas físicos como baixa precipitação anual, solos de baixa fertilidade natural e que para serem cultivados necessitam de correção, etc.

De acordo com o N'Golo - Federação Estadual de Comunidades Quilombolas, Minas Gerais possuem 128 municípios com 400 comunidades, além da Serra do Cabral com uma comunidade e o que a Federação identificou como sendo Baixo Paraopeba com duas comunidades (anexo). A Serra do Cabral e o Baixo Paraopeba não foram incluídos no mapa, pois não havia uma localização precisa do município a que estes pertencem.

A seguir encontram-se o mapa das comunidades quilombolas de Minas Gerais e a tabela com a relação dos municípios mineiros que concentram as comunidades que se auto-reconhecem remanescentes quilombolas.

Tabela 1- Relação dos municípios do estado de Minas Gerais e suas respectivas comunidades que se auto – reconhecem remanescentes quilombolas.

Município	Comunidade Quilombola	Município	Comunidade Quilombola
1	Manga	65	Pescador
2	Bonito de Minas	66	Serro
3	Formoso	67	Curvelo
4	Gemeleiras	68	Gouveia
5	Januária	69	Materlândia
6	Itacarambi	70	Santo Antonio do Itambé
7	Jaíba	71	Cantagalo
8	Santo Antonio do Retiro	72	Sabinópolis
9	Pai Pedro	73	Presidente Juscelino
10	São João do Paraíso	74	Capinópolis
11	Catuti	75	Uberlândia
12	Chapada Gaúcha	76	Conceição do Mato Dentro
13	Porteirinha	77	Alvorada de Minas
14	Janaúba	78	Patrocínio
15	Verdelândia	79	Senhora do Porto
16	Arinos	80	Dores de Guanhães
17	Indaiabira	81	Santana do Riacho
18	Rio Pardo de Minas	82	Ferros
19	Varzelândia	83	Jequitibá
20	São Francisco	84	Belo Oriente
21	Serranópolis de Minas	85	Jaboticatubas
22	São João da Ponte	86	Santa Maria de Itabira
23	Urucuia	87	Antonio Dias
24	Curral de Dentro	88	Itabira
25	Capitão Enéas	89	Pitangui
26	Almenara	90	Cachoeira da Prata
27	Riacho dos Machados	91	Bom Despacho
28	Salinas	92	Santa Luzia
29	Brasília de Minas	93	São José da Lapa
30	Jequitinhonha	94	São Gonçalo do Rio Abaixo
31	Francisco Sá	95	Caeté
32	São Romão	96	São Domingos do Prata
33	Coração de Jesus	97	Dionísio
34	Itaobim	98	Belo Horizonte
35	Virgem da Lapa	99	Contagem
36	Felisburgo	100	Raul Soares
37	Santa Fé de Minas	101	Santa Bárbara
38	Joáima	102	Itaúna
39	Araçuaí	103	Brumadinho
40	Paracatu	104	Ponte Nova
41	Berilo	105	Belo Vale
42	Brasilândia de Minas	106	Crucilândia
43	Fronteira dos Vales	107	Jequeri
44	Glaucilândia	108	Pimenta
45	Bocaiúva	109	Piracema
46	Francisco Badaró	110	Amparo do Serra
47	Jequitaiá	111	Divino
48	Chapada do Norte	112	Jeceaba
49	João Pinheiro	113	Piranga
50	Jenipapo de Minas	114	Passa Tempo
51	Minas Novas	115	Fervedouro
52	Crisólita	116	Candeias
53	Carlos Chagas	117	Viçosa
54	Teófilo Otoni	118	Resende Costa
55	Diamantina	119	Rio Espera
56	Capelinha	120	Visconde do Rio Branco
57	Vazante	121	Ressaquinha
58	Couto de Magalhães de Minas	122	Mercês
59	Coromandel	123	Guidoval
60	Ataléia	124	Rio Pomba
61	São Gonçalo do Rio Preto	125	Três Pontas
62	Frei Lago Negro	126	Bias Fortes
63	Coluna	127	Além Paraíba
64	Abadia dos Dourados	128	Alagoa



Através do mapa pode-se observar que as comunidades descendentes de negros escravos, de um modo geral, concentram-se afastadas dos antigos centros auríferos, isso se deve a procura por locais afastados para que as comunidades conseguissem sobreviver e alcançar a liberdade. Outro fator importante foi às investidas dos fazendeiros, donos de escravos que insatisfeitos com a fuga destes, organizavam buscas aos quilombos para a recuperação dos escravos. Essas investidas acabavam por destruir os quilombos, assim outros quilombos nasciam longe dos que haviam sido destruídos e dirigiam-se rumo ao Norte e Noroeste do Estado.

As regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais no século XIX, no auge do ouro e aparecimento dos primeiros quilombos, eram consideradas áreas isoladas e de nenhum interesse econômico, diferentemente disso, o Sul com as grandes fazendas escravas, impediam que os negros fugitivos se direcionassem a essa região. Há possibilidade de que isto explique a concentração desses remanescentes nas regiões acima citadas.

2 - A PAISAGEM DE MINAS GERAIS

2.1-O conceito de paisagem na geografia: algumas considerações.

Há uma relativa dificuldade de entender os conceitos pertinentes a ciência geográfica. Conceitos como o de espaço e paisagem, que mesmo sendo distintos entre si, acabam por se assemelhar e se confundir.

Santos apud Rocha (2008), tenta diferenciar as categorias geográficas de paisagem e espaço no intuito de esclarecer e evitar essa confusão tão freqüente em relação aos conceitos que envolvem essas categorias. Santos diferencia essas categorias utilizando parâmetros específicos:

[...] Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são formas mais a vida que as anima [...].

A palavra paisagem é frequentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial. Está é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala em paisagem, há, também, referência a configuração territorial e, em muitos casos, o uso das duas expressões é indiferente'... (ROCHA, 2008, p. 140).

A categoria paisagem tem por objetivo estabelecer relações entre a sociedade e a natureza num determinado espaço, através de tipos e níveis de relacionamento pré-definidos.

Santos, conforme ressalta Ross (2006), diz que tanto a paisagem como o espaço resulta do movimento da sociedade e suas relações. Para Santos,

Todos os espaços são geográficos, porque são determinados pelos movimentos da sociedade, da produção. Mas tanto a paisagem quanto o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo, da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos. (Ross, 2006, p.48)

Segundo Ruy Moreira (2007), tudo começa com a categoria paisagem, passa pela categoria espaço tendo como mediadora a categoria território. Neste sentido, Moreira (2007) recorre ao discurso da representação geográfica, onde “perceber um fenômeno em sua dimensão geográfica é assim primeiramente localizar, distribuir, conectar, medir a distância, delimitar a extensão e verificar a escala de sua manifestação na paisagem”. (MOREIRA, 2007, p.116)

Assim, aproximando-se da visão de Moreira (2007), Bertrand (2004) afirma ser a paisagem o resultado da combinação de elementos físicos, biológicos e antrópicos, por isso um conjunto dinâmico e em constante evolução, tendo como algo inseparável a noção de escala: “a noção de escala é inseparável do estudo das paisagens”. (BERTRAND, 2004, p.142).

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos dispartados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. (BERTRAND, 2004, 141)

O termo paisagem guarda consigo o sentido de olhar. Na linguagem comum, este termo se torna vago e define tudo que está ao alcance da visão. Na opinião de Bertrand (2004) a “paisagem é um termo pouco usado e impreciso, e por isso mesmo, cômodo, que cada um

utiliza a seu bel prazer, na maior parte das vezes anexando um qualitativo de restrição que altera seu sentido ('paisagem vegetal', etc.)". (BERTRAND, 2004, p. 141).

Nesta mesma linha de pensamento afirma Holzer (1999), "Para outras disciplinas, assim como para o senso comum do pensamento ocidental, a paisagem se reduz a uma porção do espaço que pode ser observada com um golpe de vista". (HOLZER, 1999, p.150).

Ao depararmos com uma paisagem observamos que esta é repleta de pequenos detalhes, mas estes não são totalmente abarcados num primeiro instante. Dessa forma, o que utilizamos é uma visão global, uma visão do conjunto, não os pequenos detalhes, pois não é possível a nós, atermos a todos os detalhes alcançados pela visão humana, dos fenômenos ocorridos em um dado espaço e tempo.

Santos apud Ross (2006) conceituam paisagem também como domínio do visível, afirma que "tudo aquilo que nós vemos, que nossa visão alcança é a paisagem. [...] domínio do visível, aquilo que a vista abarca." (ROSS, 2006, p.48).

Ainda de acordo com Santos apud Ross (2006) "a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos nossos sentidos [...], a percepção é sempre um processo seletivo de apreensão". (ROSS, 2006, p.48).

Monbeig apud Silva (2002) a paisagem como o campo de estudo para o geógrafo, incluindo o visível e o perceptível. "O domínio do geógrafo é, primeiramente, o que se pode ver na superfície da terra: as rochas, os solos, as águas, o relevo, os vegetais, os animais, os homens. Mas paisagem é também o que se pode sentir: a atmosfera, os ventos, os cheiros e odores". (SILVA, 2002, p. 72).

Santos (apud Rocha, 2008) compartilham dessa visão ao afirmar que a paisagem "[...] Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons [...]". (ROSS, 2008, p.140)

De acordo com Holzer (1999) há duas formas de se entender a paisagem: atendo-nos a estudar os objetos tais como eles são (positivismo), ou compreendê-los em suas forças não observáveis, que são subjetivas (fenomenologia). Para o autor:

O conceito de paisagem não pode perder seu significado essencial, no sentido fenomenológico, de uma formatação intersubjetiva de determinada porção da Terra delimitada por cultura relativamente homogênea, sendo que tal delimitação reflete o trabalho coletivo do homem sobre a Terra. Ela representa o acúmulo, através da memória, e o descarte, pelo esquecimento, das expressões e associações culturais que se definem sobre o espaço geográfico e que são a base do ser social das pessoas. (HOLZER, 1999, p.165).

Para esclarecermos um pouco sobre a categoria paisagem e seu surgimento na geografia, nos deteremos, brevemente, a um resgate histórico desta categoria.

2.2 – Paisagem: diferentes leituras

As concepções da categoria paisagem se divergem quanto ao entendimento desta como uma categoria geográfica. As diferentes abordagens dadas à categoria paisagem são reflexos do posicionamento filosófico e cultural de um determinado período histórico.

De acordo com Rocha (2008) as diferentes “escolas” do pensamento geográfico propuseram diferentes formas de compreender a paisagem, a Geografia alemã via a paisagem como um conjunto de fatores sendo eles naturais e humanos, esta visão foi compartilhada pelos pensadores franceses que acreditavam que o homem deveria ser relacionado ao espaço físico no qual suas atitudes se concretizam. A Geografia quantitativa definia paisagem como um conjunto de variáveis deduzidas da relação homem-meio. Foi a Geografia quantitativa que substituiu o termo *landscape* por região. (ROCHA, 2008, p.139)

De acordo com Paganelli (2002), os conceitos e categorias de análise da geografia podem ser analisados com preocupação voltada a sua genealogia e gênese. O mesmo afirma que um conceito científico perde seu poder explicativo, quando este é superado por outro que surge com novas expectativas explicativas. Em relação à categoria paisagem, e nesta perspectiva, afirma Paganelli,

A análise da noção de paisagem (*pagus*), por exemplo, permitiu identificar o contexto remoto no Ocidente, em que a raiz do termo surgiu, relacionada à divisão do trabalho, do território, das atividades rurais nos lugares distantes das cidades; os “países” vistos à distância, a partir dos castelos ou de um núcleo, formavam uma vista ampla que passou a ser denominada de paisagem. (PAGANELLI, 2002, p.151).

Paganelli (2002) argumenta que antes de chegar a se tornar um conceito básico na Geografia, a noção de paisagem percorreu todo o Ocidente, e essa por sua vez está associada à imagem, ao visível, sofre, até o momento, com a desconfiança por parte do geógrafo, sendo descartada como simples aparência.

Compartilhando dessa visão, Holzer (1999) faz uma análise do conceito de paisagem, que antes era considerado objeto central dos estudos de geografia e agora está relegada a marginalidade.

Na geografia, o conceito de 'paisagem' foi considerado como objeto central de seus estudos, para depois ser relegada a uma posição marginal, em detrimento de outros conceitos considerados como mais adequados às necessidades contemporâneas. Mas em período recente o conceito vem sendo retomado por diversos coletivos de geógrafos, sempre atrelados ao contexto de uma revisão de todas as questões que fundamentaram a modernidade, que vem sendo profundamente reavaliadas. (HOLZER, 1999, p. 149).

Para a ciência geográfica, o termo paisagem possui significação específica e refere-se ao próprio objeto da geografia, o conceito de paisagem foi fundamental na delimitação do campo de estudo desta disciplina. Para os geógrafos a paisagem é o resultado da combinação, num dado território, dos elementos físicos, biológicos e humanos que se encontram estritamente relacionados.

No começo do século XIX, o naturalista Alexander von Humboldt definiu paisagem num sentido estritamente natural. Carl Ritter via a paisagem como resultado da atividade humana no meio natural analisando a relação homem-meio, a isto se deve o surgimento da geografia humana. Paul Vidal de La Blache, representante da escola possibilista na França, defendeu a influência do homem no meio devendo levar-se em conta a sua atuação ao longo da história e de acordo com seus interesses individuais.

A partir do fim do século XIX, William Morris Davis definiu as paisagens morfológicas de acordo com seus processos de formação. Para isso, o mesmo levava em consideração a interação entre os elementos e fenômenos físicos, pura e simplesmente, sem incluir as relações sociais envolvidas. Os geógrafos passaram a classificar a paisagem de acordo com os elementos presentes na superfície terrestre e atmosfera, entre os quais o clima, bem diferenciado em grandes regiões terrestres e em microclimas locais; o relevo, marcado pelos processos de orogênese e erosão; a vegetação e, de forma em geral subordinada, a fauna; e a ação humana, determinada pelo desenvolvimento econômico e cultural de cada povo ou civilização.

Todos esses elementos interagem entre si, o relevo afeta o clima, o qual influi nas formas de vegetação, cuja maior ou menor densidade favorece ou dificulta a erosão, a lixiviação, etc.

A relação entre os elementos e agentes da paisagem tende a um equilíbrio dinâmico e instável, em constante transformação. Atualmente, quase todas as paisagens da Terra, salvo as polares, os altos cumes das cordilheiras, as matas virgens e o interior dos desertos, têm caráter humanizado ou cultural em maior ou menor medida.

Assim, analisando o surgimento das primeiras comunidades quilombolas de Minas Gerais, é perceptível que estas se relacionavam com a paisagem de acordo com interesses próprios. Neste caso, os quilombolas procuravam proteção nas áreas mais remotas dos centros auríferos e das fazendas dos senhores de escravos. Os quilombolas procuravam na paisagem áreas de difícil acesso, com relevo acidentado, o que dificultavam as buscas à procura dos negros fugidos.

Atualmente a maioria dessas comunidades encontram-se em regiões pouco industrializadas, e afastadas dos grandes centros urbanos, exceto as pertencentes à zona urbana, como descrito anteriormente no capítulo 1.

Dessa forma, os quilombolas presentes no estado de Minas Gerais aproveitavam o relevo acidentado como refúgio para a manutenção de sua cultura e sobrevivência. Ross (2006) afirma que:

As formas do relevo devem ser vistas e entendidas como mais um dos vários componentes da natureza e, na perspectiva humana, como um recurso natural, pois as variações de tipos de formas favorecem ou dificultam os usos que as sociedades humanas fazem do relevo. (ROSS, 2006, p. 62)

O relevo pode ser entendido como um conjunto de formas que compõem a superfície da terra, e esta, é parte importante na vida humana, local onde o homem vive como ente biológico e social.

O relevo é composto por uma diversidade de formas, estas são dinâmicas e suas mudanças aparecem ao longo do tempo e do espaço de modo único e diferenciado. Essas diferenças e as possíveis semelhanças podem ser divididas em unidades da paisagem. Estas unidades diferenciam-se pelo relevo, clima, cobertura vegetal, solos, arranjo estrutural e tipo de litologia ou por apenas um desses componentes.

De acordo com Ross (2005),

“o entendimento do relevo passa portanto pela compreensão de uma coisa maior que é a paisagem como um todo. Não se pode entender a gênese e a dinâmica das formas do relevo sem que se entenda os mecanismos motores de sua geração, sem que se perceba as diferentes interferências dos demais componentes em uma determinada Unidade da Paisagem”. (ROSS, 2005, p. 12).

O relevo possui uma estreita relação com os solos e estes com a litologia e o tipo climático. Ainda segundo Ross (2005) “O relevo como os demais componentes da natureza não pode ser entendido de modo isolado” (ROSS, 2005, p.8). Dessa forma, dedicaremos um capítulo para a discussão dos solos integrados ao relevo de Minas Gerais.

O relevo de Minas Gerais, conhecido por “Mares de Morros”, definição esta dada por Ab’Saber, é formada por uma infinidade de tipologias de formas de relevo, além das montanhas, encontramos depressões, chapadas, vales e escarpas. Como afirma Ross (2006): “O modelado dominante do planalto atlântico é constituído por morros com formas de topos convexos, elevada densidade de canais de drenagem e vales profundos. É a área definida por Ab’Saber como ‘domínio dos mares de morros’.” (ROSS, 2006, p.80).

Na figura 2- mapa altimétrico, em relação às comunidades remanescentes quilombolas de Minas Gerais, observamos que estas se encontram em relevo que variam de 600 a 1200 metros de altitude, quando analisada de um modo geral. A ocupação dessas regiões de altitude elevada deve-se a estratégia de refúgio e isolamento que os antigos escravos procuravam na paisagem. A escolha pelo local para a implantação dos quilombos deveria seguir a lógica de proteção que o relevo de Minas Gerais propiciava na época. Além do relevo, a vegetação que era predominantemente de mata fechada, tornava-se outro fator a propiciar a implantação de quilombos em relevo acidentado e conseqüentemente isolado.

Atualmente essas comunidades já não se encontram tão isolada como no passado. Analisando mais detalhadamente as mesorregiões de Minas Gerais e os números de comunidades remanescentes de antigos quilombos, respectivamente, faz-se visível a influência do relevo na determinação da localização desses grupos.

Na região Norte, encontramos comunidades presentes em altitudes que variam de 500 a 600 metros de altitude, com relevo composto por planaltos com suave inclinação, próximos aos cursos d’água. Mas, a maior parte das comunidades presentes nessa região, encontram-se em altitudes de 700 a 800 metros, onde predomina-se os planaltos com morros residuais.

Na região Noroeste, todas as comunidades remanescentes de quilombolas concentram-se nas vertentes das encostas numa altitude de 600 a 700 metros.

O Vale do Jequitinhonha concentra as comunidades, na sua maioria, nos vales rasos próximos aos cursos d’água e algumas poucas comunidades localizam-se nas poucas áreas mais elevadas de morros residuais. Por ser uma região praticamente plana, não houve muita opção na sua ocupação por parte dessas comunidades, que no século XIX, fugia dos centros auríferos e grandes fazendas de senhores de escravos.

Nesta mesma lógica, o Vale do Mucuri encontra-se com poucas comunidades, sendo que todas ocupam altitudes de até 500 metros, o que significa que outros fatores além do relevo influenciaram na sua localização.

No Vale do Rio Doce, os remanescentes quilombolas encontram-se nas poucas áreas de planaltos com altitudes de 700 a 900 metros, concentrando-se na borda da divisa com a mesorregião Metropolitana.

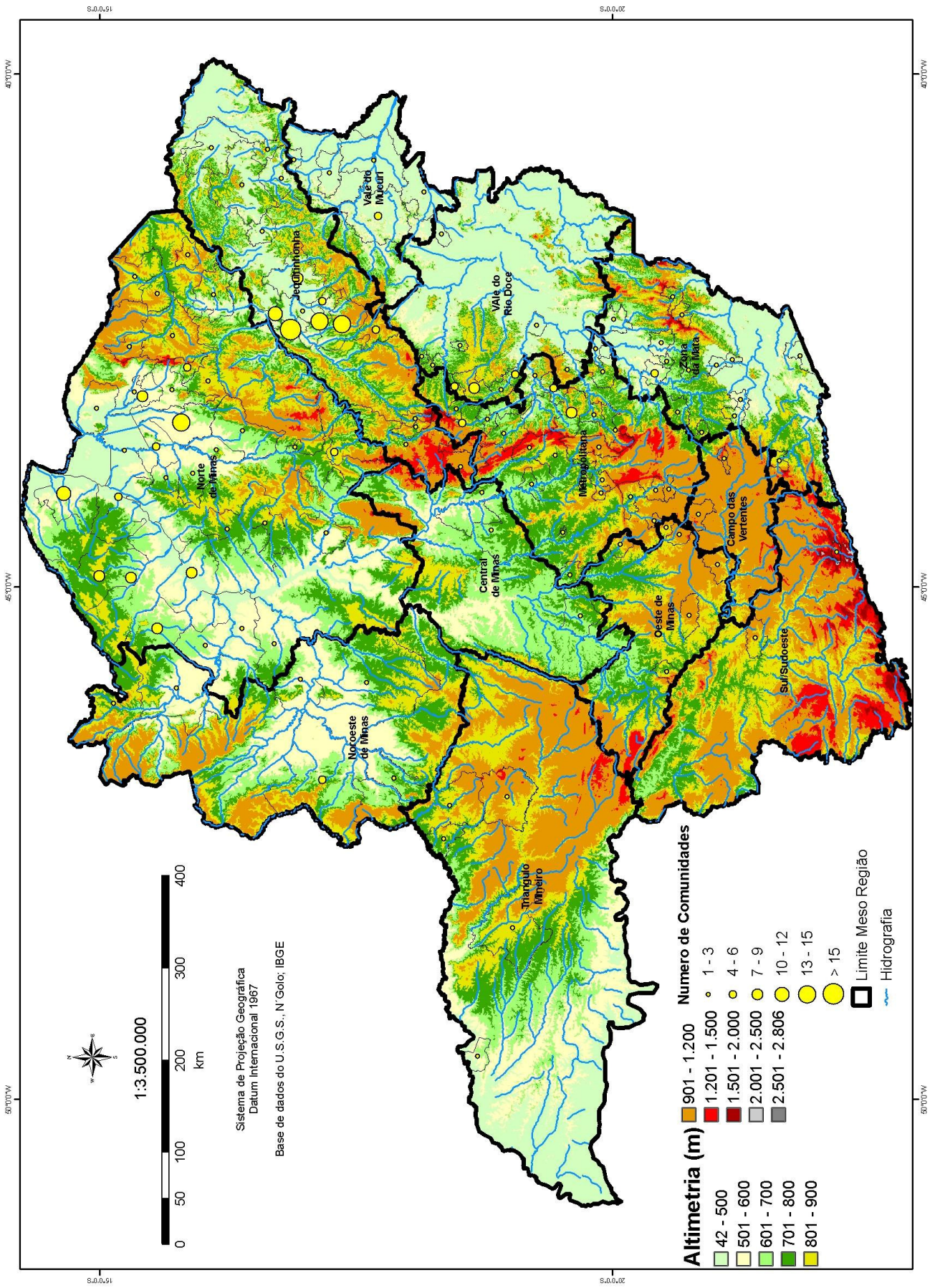
A região Metropolitana, além de concentrar comunidades em sua área urbana, essas se encontram bem espalhadas por essa mesorregião, encontramos comunidades ocupando altitudes que variam de 700 a 1200 metros. Os quilombolas ocupam o relevo montanhoso dessa região.

Na Zona da Mata Mineira, os quilombolas concentram-se em áreas de planalto de altitudes de 600 metros, alguns chegam a ocupar o relevo de morros alongados, em pontos que alcançam 1200 metros de altitude.

Nas mesorregiões de Campo das Vertentes, Oeste de Minas, Triângulo Mineiro e Sul/Sudeste, existem pouquíssimas comunidades remanescentes de antigos quilombos, o que reforça a idéia de que outros fatores influenciaram na escolha pelo local do quilombo, não apenas o relevo, pois nessas regiões o relevo dominante é o de serras e morros alongados, o que permitiria o refúgio e a sobrevivência dessas comunidades.

Na mesorregião Central de Minas, encontramos apenas duas comunidades quilombolas, estas se localizam nas altitudes de 600 metros ocupando as vertentes dos morros, presentes na área.

A seguir encontra-se mapa altimétrico (figura 2) das mesorregiões de Minas Gerais e suas respectivas comunidades quilombolas



3-MINAS GERAIS: O RELEVO, OS SOLOS E OS REMANESCENTES QUILOMBOLAS.

Como já explicitado no capítulo anterior, o estudo do relevo não se deve dar de forma isolada, por isso, neste capítulo discutiremos o solos dominantes em detrimento do relevo no estado de Minas Gerais.

De acordo com Vieira (1988) “o relevo ou topografia que denota a configuração da superfície da Terra, é um importante fator no processo evolutivo do solo. A sua influência na formação do solo e no desenvolvimento do perfil é marcante.” (VIEIRA, 1988, p.65).

O relevo é freqüentemente utilizado para indicar as diferenças entre as altitudes de uma dada região. Assim afirma Vieira (1988),

O termo relevo freqüentemente é usado em uma forma mais ampla para indicar as diferenças de cotas de elevações ou talvez a diferença existente entre a maior e a menor altura de uma região. (VIEIRA, 1988, p. 69).

Entende-se por relevo local as mudanças locais de topografia. Os relevos locais tendem a apresentar diferenças entre solos, pois são estudados em escala relativamente pequena se comparados aos macrorelevos.

O Sistema Brasileiro de Classificação de Solos classifica o relevo brasileiro nas seguintes classes:

- Plano: superfície de topografia esbatida ou horizontal, onde os desnivelamentos são muito pequenos, com declividade de 0 a 3%.

- Suave ondulado: superfície topográfica pouco movimentada, com conjunto de colinas de altitudes de 50 metros com declives de 3 a 8%.

- Ondulado: superfície de topografia pouco movimentada, constituídas por colinas apresentando declividade de 8 a 20%.

- Forte ondulado: superfície de topografia movimentada, formada por morros de 100 a 200 metros de altitudes, com declives fortes variando entre 20 a 45%.

- Montanhoso: superfície de topografia vigorosa, com formas acidentadas, constituída por morros com declividade forte variando e entre 45 a 75%.

- Escarpado: áreas com predomínio de formas abruptas como os aparados, itambés, frente de cuevas, falésias, vertentes com declives fortes ultrapassando 75%.

Assim é possível constatar que os relevos mais elevados concentram quilombos, e que, nestes, em escala mais detalhada, os quilombolas ocupam as áreas mais baixas e dissecadas,

onde exploram espaços de vazantes, fundo de vales, grotões, sopés de escarpas, locais onde estes desenvolvem suas atividades agropastoris.

3.1- Classes de solos e sua abrangência

Há predominância de solos da Classe dos Latossolos, aqui associados em Latossolo amarelo+ vermelho + vermelho – amarelo, são solos em estágio avançado de intemperização e fortemente drenados, ocorrem em relevo que variam de plano e forte ondulado, podendo ocorrer em regiões montanhosas. Como são solos predominantes em todas as mesorregiões de Minas Gerais, encontramos a maior parte das comunidades remanescentes de quilombos presentes nesta classe de solos. Neste caso, é de se supor que os quilombos ocupem as vazantes ou a proximidade dos cursos d'água.

Depois dos Latossolos, a classe de solos onde encontramos maior ocorrência de comunidades quilombolas é na classe dos Neossolos, aqui associados em Neossolo litólico + quartzarênico + flúvico. São solos bastante rasos, pouco evoluídos e próximos da rocha matriz. São encontrados em relevo ondulado com maior abrangência na área do cerrado na mesorregião Norte, onde quase não há presença de comunidades quilombolas.

Os Argissolos vermelho-amarelo estão presentes em Minas Gerais em áreas com altitude de até 500 metros, considerado de relevo montanhoso, podem ser encontrados nas mesorregiões do Vale do Rio Doce, Jequitinhonha e parte do Vale do Mucuri, onde encontramos pouquíssimas comunidades quilombolas.

Os Nitossolos, aqui associados em Nitossolo vermelho + háplico, são solos presentes principalmente nas mesorregiões Central e Triângulo Mineiro em altitudes de 600 a 800 metros com relevo montanhoso. Não há presença expressiva de comunidades quilombolas nestes solos.

Os Gleissolos melânicos + háplicos ocorrem em áreas do estado, onde não existem comunidades remanescentes de quilombolas.

Os Cambissolos ocorrem em áreas de 800 a 1200 metros de altitude, estão localizados no extremo Norte e Noroeste do estado, onde não encontramos nenhuma comunidade quilombola.

Os Espodossolo cárbico, Luvissolo crômico e o Planossolo háplico não possuem ocorrência significativa na escala utilizada para o mapa de Minas Gerais.

Através da interação do relevo – solo, podemos inferir que o surgimento dos primeiros quilombos em Minas Gerais está atrelado a esse primeiro, pois esse foi o principal fator na determinação da localização geográfica, visto que, os interesses deste grupo baseava-se na proteção que a paisagem lhes proporcionava. Assim o fator solo estava renegado a segundo plano, as classes de solos presentes nos locais onde se situam as comunidades quilombolas é consequência da escolha por um determinado relevo.

Possivelmente os conhecimentos tradicionais dos quilombolas, no tocante a agricultura, não eram muito desenvolvidos, mas certamente esse povo possuía conhecimentos suficientes para driblar os problemas de fertilidade que encontraram nos solos brasileiros, talvez seja esses conhecimentos que fizeram desse grupo, um remanescente.

A seguir o mapa das Classes de Solos predominantes no estado de Minas Gerais (figura 3) associado à localização geográfica das comunidades remanescentes quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento etnopedológico aplicado e desenvolvido pelos quilombolas deve ter operado em escalas locais, com desenvolvimento de um saber local, específico, de estratificação de ambientes. A distribuição de quilombos em relação às associações de solos em Minas Gerais não consegue elucidar os mecanismos locais de convívio das comunidades e solos, pois os quilombolas exploram compartimentos de pedo-paisagem em escalas mais locais.

As comunidades remanescentes de antigos quilombos do estado de Minas Gerais estão ganhando visibilidade no cenário brasileiro devido à luta pela posse e titulação das terras que pertenceram aos seus ancestrais, e que hoje vêm a possibilidade de perda de seu território, sendo ameaçados pelos interesses de terceiros. Dessa forma, as instituições, o movimento negro e o governo têm procurado assistir esse grupo, direcionando políticas públicas específicas para atendê-los, além de possibilitá-los o alcance da titulação definitiva de suas terras.

Ao estudarmos os quilombos de Minas Gerais detectamos que não há dados suficientes para sua efetiva localização geográfica no estado. Assim, ao discutirmos a presença quilombola, o relevo e solos do estado, tentamos discorrer sobre a influência do relevo na determinação da localização desse grupo no território mineiro.

Temos clareza que a pouca experiência e o tempo destinado a este trabalho, não foram suficientes para o esgotamento da temática proposta, esta também não era nossa pretensão. Sabemos, portanto, que para abarcar toda a complexidade que envolve os remanescentes de antigos quilombos de Minas Gerais, o relevo e os solos respectivamente, há necessidade da continuação de um estudo mais sistemático e completo do assunto.

Mas, no entanto, a discussão estabelecida com este estudo, trouxe-nos lições e contribuições sobre a interação dos remanescentes quilombolas com o relevo e seus respectivos solos, além, das estratégias na escolha de áreas isoladas para a manutenção e sobrevivência de sua cultura e modo de vida, possibilitadas pelas transformações influenciadas pela dinâmica territorial.

No processo de constituição do que hoje chamamos nação brasileira, as raízes negras não foram privilegiadas, suas tradições foram renegadas e destinadas a um pequeno grupo negro que se reconhece descendentes de antigos escravos. Mas, a condição de submissão passiva nesse processo não foi aceita pelos africanos e afro-descendentes, esses criaram uma

trajetória de resistência cultural efetivada no território, no nosso caso, através dos quilombos presentes na paisagem do estado de Minas Gerais.

Podemos inferir que a presença quilombola no estado é fruto da grande concentração espacial de escravos na época do auge do ouro e depois do diamante. A insatisfação com a condição de escravo levou alguns africanos, que se encontravam nessa condição, a fugas e formação de quilombos.

Os quilombos que sobreviveram até o momento devido ao sucesso de suas estratégias de subsistência. O relevo montanhoso, definido como “Mares de Morros”, permitiu que esses mantivessem seus costumes e reproduzissem seus modos de vida. O relevo e os solos foram indiretos fatores determinantes na localização geográfica dos quilombos no século XIX, auge da escravidão negra, no estado de Minas Gerais. Foi devido a essa posição geográfica visível no relevo que nos é possível estudar os remanescentes dos antigos quilombos e encontrar seus modos de vida ainda preservados.

Assim, ao estudarmos a relação entre a distinção dos quilombos e do solo observamos que, este último não foi determinante na escolha pelo local de implantação dos quilombos, pois o objetivo dos quilombolas era encontrar na paisagem locais afastados e isolados, onde pudessem reproduzir suas tradições e costumes, sua agricultura, sua religião, manter sua cultura e produzir uma certa estrutura social, sem uma preocupação a priori com a fertilidade natural das terras que seriam ocupadas.

Desta forma, solos eutróficos e distróficos foram ocupados indiscriminadamente, o que deve ter afetado muito a qualidade de vida e alimentação das comunidades, e determinado sua sedentarização e estabilização.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos da História Colonial**. 7. ed. rev. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro). p. 1-280.

CEDEFES- Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. Afro Brasileiros. Disponível em: <<http://www.cedefes.org.br/new/index.php>>. Acesso em: 3 mai.2009

COUTO, Jorge. A gênese do Brasil. In: **Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias**. MOTA, Carlos G.(Org). 2 ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000. p. 45-68

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2006

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GUIMARÃES, Carlos M. Mineração, Quilombos e Palmares: Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos S.(Org). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.p.139-163.

HOLZER, Werther. Paisagem, Imaginário, Identidade: Alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Zeny. CORRÊA, Roberto.L.(Org). **Manifestações da cultura no espaço**. Coleção Geografia Cultural, UERJ, 1999, p. 149-168.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **O negro e o garimpo em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1985.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

N'GOLO – Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais. Disponível em: < http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/mg/mg_ngolo> acesso em: 03 mai. 2009.

PÁDUA, José A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PAGANELLI, Tomoko Iyda. Reflexões sobre categorias, conceitos e conteúdos geográficos: seleção e organização. In: **Geografia em perspectiva**. PONTUSCHKA, Nídia N. e OLIVEIRA. Ariovaldo U. (Org). São Paulo: Contexto, 2002.

RAMOS, Donald. O Quilombo e o Sistema Escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos S.(Org). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.p.164-187.

REIS, João José. “Nos achamos em campo a tratar da liberdade” : a resistência negra no Brasil oitocentista. In: **Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias**. MOTA, Carlos G.(Org). 2. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000. p.241-263

ROCHA, José. C. **Diálogo entre as categorias da geografia**: Espaço, Território e Paisagem. Caminhos da Geografia, Uberlândia, v.9, n.27, 2008. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos>>. Acesso em: 02 jun.2009

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os Africanos no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Ed. Nacional (Brasiliense; v.9) (Coleção Temas Brasileiros, v.40) Ed: Universidade de Brasília. 1988.

ROSS, Jurandyr L. S. **Geomorfologia**: ambiente e planejamento. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005. (Repensando a Geografia).

_____. **Ecogeografia do Brasil**: subsídios para planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de textos, 2006.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. 4. ed. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.

SILVA, José M; SILVEIRA, Emerson S. da. **Apresentação de trabalhos acadêmicos**: normas e técnicas, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1999.

VIEIRA, Lúcio S. **Manual da ciência do solo**: com ênfase aos Solos Tropicais. 2 ed.rev. e aum..São Paulo, Ed. Agronômica Ceres, 1988.

Comunidades Quilombolas no Estado de Minas Gerais

fonte: CEDEFES

Município	Nome da comunidade
Abadia dos Dourados	Dourados
Alagoa	Bairro Quilombo
Além Paraíba	Caxambu
Almenara	Marobá
Alvorada de Minas	Escadinha de Cima
Amparo da Serra	Estiva
Antônio Dias	Baú Indaiá Mangorreira
Araçuaí	Arraial da Ponte do Gravatá Arraial dos Crioulos Ambus Baú Córrego do Narciso do Meio (do Narciso ou Narciso do Meio) Sapé Pé de Serra Tesoura
Arinos	Morrinhos
Ataléia	Ferreirão Paulos Salineiro
Mercês	Contenda
Belo Horizonte	Luízes Mangueiras
Belo Oriente	Córrego Grande e Corguinho Fazenda Esperança
Belo Vale	Chacrinha dos Pretos Comunidade da Boa Morte

Berilo	Brejo Caititu do Meio Alto Caititu Caititu de Baixo Morro do Buteco Quilombola (Calhambola) Vila Santo Isidoro Vai Lavando Barro Capivari Relâmpago Itacambira Povo Jatobá Jacu Bom Jardim Mocó Muniz Água Limpa de Cima Água Limpa de Baixo
Bias Fortes	Colônia do Paiol
Bocaiúva	Borá Peixoto Senhorinha dos Santos Palmito Mocambo
Bom Despacho	Tabatinga Quenta Sol
Bom Sucesso	Carrapato
Bonito de Minas	Campo Redondo Ilha do Retiro Ilha Valerinho Lapinha Ressaca Tamboril Tapera Buriti das Mulatas
Brasilândia de Minas	Porto
Brasília de Minas	Cercado Paracatu
Brumadinho	Córrego do Feijão Sapé
Cachoeira da Prata	Nicolau Teixeira / Ariranha
Caeté	Felipe
Candeias	Furtados
Capelinha	Cisqueiro Galego Santo Antônio do Fanado Santo Antônio dos Moreiras Vendinha
Capinópolis	Família Teodoro
Capitão Enéas	Barreiro Grande

Carlos Chagas	Marques I Marques II
Cantagalo	São Felix
Catuti	Gado Velhaco / Gurutubanos Maravilha / Gurutubanos
Chapada do Norte	Cruzinha Cuba Misericórdia Moça Santa (Bom Jesus) Gamela Gravatá (Quebra-Bateia) Córrego Santa Rita Córrego do Rocha Paiol Poções Porto dos Alves Ribeirão da Folha Ribeirão da Cachoeira Ferreira Água Suja
Chapada Gaúcha	Barra Vermelha Buracos Cajueiro São Félix Rio dos Bois Retiro dos Bois Vereda D'anta Prata
Coluna	Furtuoso Suaçuí
Conceição do Mato Dentro	Candeias Congonhas do Norte Três Barras
Contagem	Arturos
Coração de Jesus	São Geraldo
Coromandel	Chapadão do Pau Terra Padre Lázaro
Couto de Magalhães	Canjicas
Crisólita	Deládio
Crucilândia	Correias
Curral de Dentro	Laranja
Curvelo	Passar de Pedra Baú
Diamantina	Quartel de Indaiá
Dionísio	Baú
Divino	São Pedro São Pedro de Cima

Dores de Guanhães	Fazenda do Berto Fazenda Bocaina São Pedro Macuco
Felisburgo	Paraguai Tanque
Ferros	Mendonça
Fervedouro	Paraíso
Formoso	Costa Barbosa São Francisco (Mato Grande)
Francisco Badaró	Alta Passagem Mocó Tocoiós
Francisco Sá	Poções
Frei Lagonegro	Córrego das Areias
Fronteira dos Vales	Nunes Prejuízo Ventania
Gameleiras	Lagoa dos Mártires
Glaucilândia	Laranjão
Gouveia	Espinho
Guidoval	Ribeirão Preto
Itacarambi	Remanso Vila Florentina Pau Jau Ilha do Capão Brejo do Santana Ilha do Retiro
Indaiabira	Brejo Grande Fazenda Brejo Grande
Itabira	Morro Santo Antônio Capoeirão Engenho Felipes Gatos Família Pascoal Quilombo
Itaobim	Arraial dos Farranchos
Itaúna	Catumba
Jaboticatubas	Açude Cipó Berto Mato do Tição
Jaíba	Vila João Garcia (ou Lagoa de Barro) / Gurutubanos Canudo / Gurutubanos

Janaúba	Açude / Gurutubanos Barroca / Gurutubanos Gorgulho / Gurutubanos Guerra / Gurutubanos Jacaré Grande / Gurutubanos Lagoa de Barro / Gurutubanos Loreana / Gurutubanos Pacuí II / Gurutubanos Salinas Maravilhas / Gurutubanos Tabua / Gurutubanos Taperinha II / Gurutubanos Vila Sudário / Gurutubanos Lagoa dos Mártires / Gurutubanos Bodoque / Gurutubanos Mocambinho / Gurutubanos
Januária	Água Viva Balaieiro Ilha da Capivara (Quebra Guiada) Brejo do Amparo Fazenda Picos Gameleira Pasto do Cavalo
Jeceaba	Bananal e Mato Félix
Jenipapo de Minas	Cachoeira do Bolas Martins São José dos Bolas Lagoa Grande
Jequeri	Capuxá
Jequitibá	Doutor Campolina
Jequitaí	Buriti dos Neves Quilombo Lagoa Trindade
Jequitinhonha	Mumbuca Farranchos
Joaíma	Barreirinhos
João Pinheiro	Santana da Caatinga
Lagoa Formosa	Campo Bonito
Leme do Prado	Ferreira Porto Coris (Boa Sorte)
Luislândia	Júlia Mulata
Manga	Brejo de São Caetano Ilha da Ingazeira Justa I Justa II Pedra Preta Puris Riacho da Cruz Bebedouro Espinho Malhadinha Vila Primavera

Martinho Campos	Açude Ruim Mato do Barreiro (Saco do Barreiro) Fazenda do Olho D'água
Materlândia	Boa Esperança Bufão Córrego do Botelho Costas e Roseiras São Domingos Turvo de Cima e Fidélis
Matias Cardoso	Lapinha Praia
Medina	Arredor
Minas Novas	Gravatá Mata Dois Bem Posta Macuco Nagô Quilombo São Cristóvão São Benedito do Capivari Trovoada Cabeceira do Ribeirão da Folha São Pedro do Alagadiço Cabeceiras Santiago Capão da Taquara
Mirabela	Borá
Moeda	Coqueiros
Monjolos	Rodeador
Monte Carmelo	Atalhos
Montes Claros	Buraco Redondo Monte Alto
Montezuma	Vargem das Salinas (Fazenda São Bartolomeu)
Muzambinho	Barra Funda Brejo Alegre
Nanuque	Gumercindo dos Pretos
Nazareno	Jaguara Palmital
Nova Era	Comunidade da Luz
Oliveira	São Domingos
Onça de Pitangui	Rio do Peixe
Ouro Branco	Guidoval
Ouro Preto	Lavras Novas
Ouro Verde de Minas	Água Preta Córrego Santa Cruz

Pai Pedro	Barra do Pacuí / Gurutubanos Picada / Gurutubanos Salinas I / Gurutubanos Salinas II / Gurutubanos Salinas IV / Gurutubanos Salinas V / Gurutubanos Salinas VI / Gurutubanos São Domingos Taperinha / Gurutubanos
Paracatu	Cercado Comunidade dos Amaros Machadinho Pontal São Domingos
Paraopeba	Pontinha
Passa Tempo	Cachoeira dos Forros
Patrocínio	Calunga
Pimenta	Cachoeira do Quilombo
Pescador	Ferreiras
Piracema	Quilombo Tatu
Piranga	Santo Antônio de Pinheiros Altos Guiné Bacalhau
Pitangui	Velozo
Ponte Nova	Abre Campo Baú Fátima São Pedro
Porteirinha	Mumbuca / Gurutubanos Brutiá
Presidente Juscelino	Capão Caiambola
Raul Soares	Bernardos
Ressaquinha	Santo Antônio do Morro Alto
Resende Costa	Currálinho dos Paula
Riacho dos Machados	Peixe Bravo
Rio Espera	Buraco do Paiol Moreiras
Rio Pardo de Minas	Catulé Fazenda Cachoeira
Rio Pomba	Coelhos
Sabinópolis	Córrego Mestre Córrego São Domingos Maritaca Quilombo Santa Bárbara e Barra São José do Quilombo Sesmaria

Salinas	Comunidade dos Bagres Comunidade dos Firminos Matrona
Santa Bárbara	Cachoeira de Florália
Santa Fé de Minas	Fazenda Genipapo
Santa Luzia	Pinhões Santa Rita
Santa Maria de Itabira	Barro Preto São Pedro Quilombo Macuco Florença
Santana do Riacho	Xiru
Santo Antônio do Itambé	Botafogo Mata dos Crioulos Martins
Santo Antônio do Retiro	Passos Cavalos Tamboril
São Domingos do Prata	Serra
São Francisco	Bom Jardim da Prata Buriti do Meio Lagoa da Prata Lajedo Ribanceiras Pinhãozeiro Porto Velho São João Batista (Barra dos Caldeirões)
São Gonçalo do Rio Abaixo	Quilombo
São Gonçalo do Rio Preto	Rio das Pedras
São João da Ponte	Agreste Terra Dura e Sete Ladeiras Vereda Viana
São João da Ponte e Varzelândia	Brejo dos Crioulos Boa Vistinha e Limeira
São João do Paraíso	Fazenda Cariri Fazenda Salinas
São José da Lapa	Dom Pedro Fazenda Conceição Maravilha / Fazenda Cabeleira
São Romão	Ribanceira
Senhora do Porto	Moinho Velho
Serra do Cabral	Buriti do Chega Nega
Serranópolis de Minas	Brejão Brutiás Campos-Pintados Rio da Cruz Touro / Gurutubanos

Serro	Ausente Baú Comunidade do Ó (Milho Verde) Ribeirão dos Porcos Rua Vila Nova (São Gonçalo do Rio das Pedras)
Teófilo Otoni	Bairro Palmeiras / Margem da Linha São Julião Imburama Cama Alta
Três Pontas	Cascalho Martinho Campos Quebra-Pé
Uberlândia	Tenda dos Morenos
Urucuaia	Baixa Funda
Varzelândia	Boa Vistinha Limeira
Vazante	Bagres Cabeludo Bainha
Verdelândia	Cachoeirinha Amargoso Fazenda Polpa do Mundo / Mirassol / F. Santa Cruz / F. Corgão Fazenda Limeira / Vista Alegre Lagoa da Pedra / Lagoinha Fazenda Boa Sorte / Fazenda Caitité / Comunidade União
Viçosa	Buieie Quilombo da Rua Nova
Virgem da Lapa	Almas Bugres Curral Novo Mutuca Onça Rosário Pega Capim Puba Cardozo Gravatá Massacara
Visconde do Rio Branco	Bom Jardim
Baixo Paraopeba	Retiro dos Negros Beira Córrego